

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2021.07.26.01**

**UNIDADE ADMINISTRATIVA**

**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**

**OBJETO:** Locação de um imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 07.01.08.122.0100.2.046

**ELEMENTO DE DESPESAS:** 3.3.90.36.00

**DATA DE EMISSÃO:** 26 de julho de 2021.

**ORDENADOR DE DESPESA:** Maria Aparecida de Alcântara

**JULHO/2021**



## 1. OBJETO DA AVALIAÇÃO:

Refere-se à avaliação de um imóvel para fins de locação, situado na cidade de Icapuí-CE, terreno próprio, construído em alvenaria, com cobertura em telha cerâmica, situado no Centro de Icapuí, Rua Floriano Monteiro, 1538, com 7,00 m (Sete metros) de largura e 40,00 (quarenta metros) de comprimento, com uma área total construída de 280,00 m<sup>2</sup> (Duzentos e Oitenta Metros Quadrados).

## 2. LOCALIZAÇÃO:

O imóvel está localizado na Rua Floriano Monteiro, 1538, Centro, CEP: 62.810-000, Icapuí-CE.

## 3. PROPRIETÁRIO:

Sr. Maria Silva de Oliveira, portador do CPF 531.960.663-04. Residente e domiciliado na Rua dos Porfírios, S/N, Centro, CEP: 62.810-000, Icapuí-CE.

## 4. INTERESSADO:

Secretaria de Assistência Social. O imóvel será locado para funcionamento da sede do Conselho Tutelar do Município de Icapuí-CE.

## 5. AVALIADORES:

- Lorena Thaís Freitas de Oliveira;
- Úrsula Cristina Batista Maia Silva;

## 6. OBJETIVO DO TRABALHO:

Estimativa de mercado para fins de locação.

## 7. NÍVEL DE RIGOR:

Normal, de acordo com a NBR-14.653-2.

## 8. SISTEMÁTICA DE TRABALHO:

Durante o trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- Em vistoria a região nota-se uma tendência de uso misto (residencial e comercial), rua dotada de asfalto, água, iluminação pública, linha telefônica (fixa e móvel). O imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso.
- Na pesquisa de mercado foram encontrados diversos preços.  
Para prédios: método comparativo de dados de mercado, utilizando-se de pesquisa de preços de imóveis localizados em áreas próximas ao imóvel em questão ou quando da obtenção de dados suficientes, utilizando de metodologia científica (estatística inferencial).

## 9. REGIÃO:





Trata-se de zona urbana do município de Icapuí-CE, com infraestrutura de energia elétrica e telefone, rua com pavimento asfáltico e abastecimento de água.

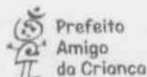
### 10. CONCLUSÃO:

Valor observado na presente avaliação para imóvel avaliando no Centro de Icapuí, Rua Floriano Monteiro, 1538, Centro, Icapuí-CE, consoante as normas brasileiras de avaliação vigentes, em 14 de julho de 2021, considerando o valor de locação, em números redondos é de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais). Não tendo mais a acrescentar, encerramos nosso trabalho de avaliação para apreciação de Vossa Senhoria, prontificando-nos a prestar quaisquer esclarecimentos ou duvidas adicional que possam surgir. O Laudo Técnico apresentado está confeccionado em uma só face com 02 (duas) folhas, rubricadas e esta última, datada e assinada pelos avaliadores.

Icapuí-CE, 14 de julho de 2021

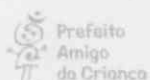
LORENA THAÍS FREITAS DE OLIVEIRA  
Engenheira Civil  
CREA/CE – RNP 0617419680

URSULA CRISTINA BATISTA MAIA SILVA  
Coordenadora de Obras e Serviços Públicos





ANEXO



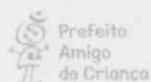


*Handwritten mark*





*[Handwritten signature]*





**71 65893-9**  
 Companhia Energética do Ceará  
 Rua Padre Valdevino 130  
 CEP 60735-040 Fortaleza CE  
 CNPJ 07042251/0001-70 | CGF 06.105 848-3

**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº** 476300153  
 Rota 04 24020 01 020000 - 6 Data de Emissão 08/05/2017  
 Nome RUI MATEUS SILVA DE OLIVEIRA  
 End. Postal RUA DOS PORFÍRIOS 00000  
 CENTRO - ICAPUI - 62610000  
 Medidor 12407463 Poste 0000 0000  
 Classe 01 RESIDENCIAL MONOFASICO Fator de Potência 0,00  
 RG/CPF/CRP 986912953-68 CGF

**DATAS**  
 Mês de Referência: 05/2017  
 Data de Apresentação: 08/05/2017  
 Previsão Próxima Leitura: 07/06/2017

**INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO**  
 Veja a legenda no verso desta conta.  
 Consumo Mensal: 50 kWh

| Base de Cálculo (R\$)                    | Alíquota | Valor do Imposto | Mês    |       |       |       |
|--|----------|------------------|--------|-------|-------|-------|
|  |          |                  | Mensal | Trim. | Anual |       |
| 132,00                                   |          |                  |        |       |       |       |
| <b>ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL</b> |          |                  | DIC    | 5,50  | 11,00 | 22,00 |
|  |          |                  | FIC    | 1,00  | 6,72  | 13,45 |
|  |          |                  | DMIC   | 0,46  |       | 1,00  |

**INFORMAÇÕES SOBRE O FATORAMENTO DO CONSUMO**

| Leit. Atual | Leit. Anterior | Const. | Consumo (kWh) | Const. Incl. | Const. Fet. | Tarifa (R\$/kWh) | Valor (R\$) |
|-------------|----------------|--------|---------------|--------------|-------------|------------------|-------------|
| 7000        | 7000           | 1,00   | 50            | 0,00         |             |                  |             |

08/05/17 06/04/17 02/01/17 50 VALOR (R\$) 24,32  
**DESCRIÇÃO**  
 VALOR CONSUMO DO MES 24,32  
 CORREÇÃO MONETARIA DO MES 0,30  
 JUROS DO MES 1,26  
 ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL 0,24  
 ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES ( R\$ 1,60 )

VENCIMENTO **15/05/2017** TOTAL A PAGAR (R\$) **26,12**

**COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO**

|                            |       |
|----------------------------|-------|
| Energia transmitida        | 12,00 |
| Distribuição               | 1,00  |
| Encargos setoriais         | 1,00  |
| Tributos (ICMS PIS/COFINS) | 1,00  |
| TOTAL                      | 24,32 |

**HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)**

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 05 | 50 | 52 | 32 | 33 | 30 | 31 | 32 | 41 | 36 | 34 | 36 | 24 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|

**CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)**  
 Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.  
 Emitido kg (CO<sub>2</sub>) 21,61 Compensado kg (CO<sub>2</sub>) 0,00 Consciência Ecológica(%CO<sub>2</sub>)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO**  
 A bandeira de maio será vermelha (Patamar 1), com custo de R\$ 3,00

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ANALTABETA

POLEGAR DIREITO




VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO Nº 89040002033058

DATA DE EMISSÃO 27.04.89

MARIA SILVA DE OLIVEIRA

FRANCISCO GALDINO DA SILVA E MARIA

FERNANDES DA SILVA

ARACATI - CE

DATA DE NASCIMENTO 04.06.1960

CERT. CASAMENTO N. 80 L 801

E. 112 ARACATI/CE



MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO PÚBLICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**CIC**

531550463 04

MARIA SILVA DE OLIVEIRA

04.06.60

Maria Silva de Oliveira

ATOS ADMINISTRATIVOS DE REGISTRO DE CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CP

em caso de alteração de informações

UNIDADE DE REGISTRO VERIFICADA. PRESTAR A UNIDADE LOCAL DA DEPA - CASO

DEPOIS

NO DO NOME SOBSCRITO

30000/1389

07/07/92

DRF - FORTALEZA - CE

WOLFF, MARCELO E ASSOCIADOS DO FORTALEZA RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR REGISTRO REGULATÓRIO DO DRF

Bradesco




5090 0003 5816 6106

08.24 0695 6 00281882 01 00

MARIA SILVA DE OLIVEIRA







N.º DO CLIENTE

5672264-8

Para apagar uma dívida, utilize o nº desta  
cópia que entrar em conceito de cancelamento.

Companhia Saneamento de Energia e Saneamento  
Sociedade por Ações Ltda. inscrita no CNPJ nº 10.438  
de 26 de abril de 2002

Companhia Energética do Ceará  
Rua Padre Valdeino, 150  
CEP 60135 040 | Fortaleza CE  
CNPJ 07047281/0001-70 | CGF 02.105.848-3



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE B-4 | Nº

Rota 01 24020 02 044000 - 2 Data de Emissão 479619906 02/06/2017

Nome RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA  
End. Postal RU FLORIANO MONTEIRO 01538 CS A  
CENTRO - ICAPUI - 62810000

Medidor 1730312 Poste 0000 0000  
Cassa 1-RESIDENCIAL MONOFASICO Fator de Potência 0,00  
RG CPF 986912953-68 CGF 0,00

DATA DE Mês de Referência Data de Apresentação Período Pródromo Letura

Jun 2017 02/26/2017 04/07/2017

ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO  
Veja a legenda no verso desta conta.

| Conjunto | Mês       | Índice | Apuração Individual |
|----------|-----------|--------|---------------------|
| TCAP II  | Abri/2017 | 53,59  |                     |
|          | Abri/2017 | 0,00   |                     |
| Índice   | Trim.     | Anual  | Índice              |
| DIC      | 5,91      | 11,82  | 23,64               |
| FC       | 3,36      | 6,72   | 13,45               |
| DMC      | 3,45      |        | 6,90                |

Base de Cálculo (R\$) Alíquota Valor do Imposto

133,84 27,80% 36,13

ÁREA SUBMETIDA AO CONTROLE FISCAL

6053,8051,00 - IPI - 10% - 605,38

INFORMAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO DO CONSUMO

| Let. Atual | Let. Anterior | Const. | Consumo kWh | Cons. Ind. | Cons. Pat. | Tarifa (R\$/kWh) | Valor (R\$) |
|------------|---------------|--------|-------------|------------|------------|------------------|-------------|
| 176        | 175           | 1,00   | 176         | 0,00       | 176        | 0,76048          | 133,84      |

VALOR CONSUMO DO MES 133,84  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL 8,03

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

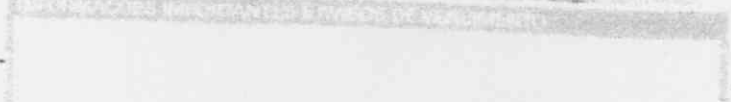
|                             |        |
|-----------------------------|--------|
| Energia                     | 45,84  |
| Perdas                      | 4,30   |
| Distribuição                | 25,70  |
| Encargos Gerais             | 13,31  |
| Impostos (ICP, PIS, COFINS) | 45,53  |
| TOTAL                       | 133,84 |

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

|     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 176 | 176 | 170 | 239 | 236 | 181 | 145 | 187 | 166 | 174 | 144 | 150 | 153 |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> (kg/kWh)  
Compreenda suas emissões pelo consumo de energia elétrica.  
Emitido kg (CO<sub>2</sub>) Compensado kg (CO<sub>2</sub>) Consciência Ecológica(%)

76,07 0,00





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-CE**

**ART OBRA / SERVIÇO**  
**Nº CE20210820562**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará**

COMPLEMENTAR à  
CE20180371193



**1. Responsável Técnico**

**LORENA THAIS FREITAS DE OLIVEIRA**  
Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

RNP: 0617419680  
Registro: 334545CE

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **MUNICÍPIO DE ICAPUÍ**  
**PRAÇA ADAUTO RÓSEO**  
Complemento:  
Cidade: **ICAPUÍ**

Bairro: **CENTRO**  
UF: **CE**

CPF/CNPJ: **10.393.593/0001-57**  
Nº: **1229**  
CEP: **62810000**

Contrato: **Não especificado** Celebrado em:  
Valor: **R\$ 1.500,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**  
Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

**3. Dados da Obra/Serviço**

**RUA FLORIANO MONTEIRO**

Nº: **538**

Complemento:  
Cidade: **ICAPUÍ**

Bairro: **CENTRO**  
UF: **CE**

CEP: **62810000**

Data de Início: **01/07/2021**

Previsão de término: **01/07/2022**

Coordenadas Geográficas: **-4.71273, -37.355049**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **MARIA SILVA DE OLIVEIRA**

CPF/CNPJ: **531.960.663-04**

**4. Atividade Técnica**

| 15 - Elaboração  | Quantidade | Unidade |
|--|------------|---------|
| 66 - Laudo > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > #10.8.1.1 - EM ÁREA URBANA | 280,00     | m2      |

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

LAUDO DE AVALIAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA TÉRREA DE 280,00M², DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ASSSITENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICAPUI-CE.

**6. Declarações**

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA - NÃO OPTANTE

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Icapuí*, 14 de julho de 2021  
Local data

*[Signature]*  
LORENA THAIS FREITAS DE OLIVEIRA - CPF: 082.929.104-09

*[Signature]*  
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ - CNPJ: 10.393.593/0001-57

**9. Informações**

\* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

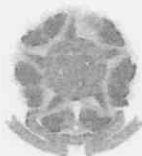
**10. Valor**

Valor da ART: **R\$ 88,78** Registrada em: **14/07/2021** Valor pago: **R\$ 88,78** Nosso Número: **8214798599**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 5wZ2D  
Impresso em: 20/07/2021 às 09:31:43 por: ip: 45.233.86.127



Receita Federal

**CERTIDÃO**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARIA SILVA DE OLIVEIRA**  
**CPF: 531.960.663-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:18:36 do dia 23/06/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 20/12/2021.

Código de controle da certidão: **CF91.1F8A.01AA.0D8B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado



**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202107024647

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

| IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE      |
|-------------------------------------|
| <b>Inscrição Estadual:</b><br>***** |
| <b>CNPJ / CPF:</b><br>53196066304   |
| <b>RAZÃO SOCIAL:</b><br>*****       |

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 23/06/2021 ÀS 11:09:16  
VÁLIDA ATÉ 22/08/2021

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**



**Nº 2021000175**

**DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL**

Inscrição Contribuinte / Nome

**1079731299 - MARIA SILVA DE OLIVEIRA**

Endereço

**RUA FLORIANO MONTEIRO,**

**CENTRO ICAPUI-CE CEP: 62810000**

No. Requerimento

**2021000175/2021**

Documento

**C.P.F.: 531.960.663-04**

Natureza Jurídica

**Pessoa Física**

**CERTIDÃO**

Resalvo o direito da Receita Municipal inscrever e cobrar as dívidas apuradas, certifica-se para fins de direito, que analisados os registros da Dívida Ativa do Município, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES** com débitos, e para constar, foi emitida esta Certidão Negativa.

Validade: 60 Dias

Prefeitura Municipal de Icapuí.

ICAPUI-CE, 31 DE MAIO DE 2021

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

**VALIDA ATÉ: 29/07/2021**

**COD. VALIDAÇÃO 2021000175**





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA SILVA DE OLIVEIRA

CPF: 531.960.663-04

Certidão n°: 19465344/2021

Expedição: 23/06/2021, às 11:09:45

Validade: 19/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIA SILVA DE OLIVEIRA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **531.960.663-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade do Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**Da:** Secretaria de Assistência Social  
**Para:** Departamento de Contabilidade  
**Assunto:** Solicitação de verificação de dotação orçamentária

Solicito a verificação de disponibilidade da existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas na ordem de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), com vistas à deflagração de procedimento de dispensa de licitação para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO IMEDIATA DO CONSELHO TUTELAR, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS DE ICAPUÍ-CE.**

Icapuí-CE, 22 de julho de 2021.

**Maria Aparecida de Alcântara**  
Secretária de Assistência Social



PORTARIA Nº 265/2021

Nomela o (a) Sr.(a) Ana Patrícia  
Pereira de Freitas para responder  
pelo cargo que indica e dá outras  
providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, Inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de Janeiro de 1992,


RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr. (a) ANA PATRÍCIA PEREIRA DE FREITAS, portadora do RG nº 20070765744 e CPF nº 047.396.433-32, para ocupar o cargo de COORDENADOR DE CONTABILIDADE, na Estrutura Organizacional da Secretaria de Administração e Finanças de Icapuí.

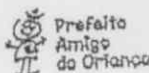
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 10 de maio de 2021.

  
Raimundo Lacerda Filho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.







**DESPACHO**

**Do:** Departamento de Contabilidade

**Para:** Ilma. Sra. Maria Aparecida de Alcântara, Secretária de Assistência Social.

Em atendimento ao Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário para atender as despesas com a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO IMEDIATA DO CONSELHO TUTELAR, VISANDO ATENDER A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS DE ICAPUÍ-CE.**

A despesa será consignada a seguinte dotação orçamentária:


07 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

01 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

08.122.0100.2.046-GERENCAIMENTO ADMINISTRATIVO EM ASSITÊNCIA SOCIAL

3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Icapuí-CE, 22 de julho de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
Ana Patrícia Pereira de Freitas  
Coordenadora de Contabilidade



## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, ao regular o procedimento licitatório, prevê em seu artigo 24, inciso X, ser dispensável a licitação "para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

Pelo presente, comunico que a Secretaria de Assistência Social tem a necessidade de locar um Imóvel, para o funcionamento do Conselho Tutelar. Tendo em vista que nossa Secretaria não dispõe de espaço físico e condições financeira para a construção de imóvel.

A pretensão e formalizar o contrato mediante Dispensa de Licitação, isto conforme previsão legal contida no artigo 24, inciso X, e do artigo 26, parágrafo único ambos da Lei n.º 8.666/93, com as alterações que lhe foram dadas pelas demais leis e decretos posteriores.

Art. 24. É Dispensável a Licitação

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 26.

Parágrafo único. O processo de dispensa de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II- razão da escolha de fornecedor ou executante;

III- justificativa do preço;

Todas as providências requeridas estão sendo atendidas, inclusive com a avaliação prévia pela comissão de avaliação.

A Lei n.º. 8.666/93, sobre locação de imóveis, traz os seguintes dispositivos:

Art. 24 É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

Assim, de acordo com o diploma legal, conhecido como Lei das Licitações e Contratos, poderá ser dispensada a licitação para locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de



instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia, caso em que não comprovado tais requisitos será necessária a abertura de licitação, em que a modalidade adotada deve ater-se às definições constantes no art. 23 da Lei nº. 8.666 de 21 de julho de 1993.

O Tribunal de Contas da União exigiu ao menos duas condições indispensáveis para realizar a dispensa de licitação para aquisição ou locação de imóveis, nos seguintes termos:

Para se promover a dispensa de licitação destinada a aquisição ou locação de imóvel, a norma impõe a observância de pelo menos duas condições essenciais, dentre outras: **1ª) necessidade de instalação e localização; e 2ª) avaliação prévia para se apurar a compatibilidade do preço com o valor de mercado.** Essas condições devem ser referidas de forma harmônica no contexto da lei de licitações, levando-se em consideração todos os princípios e preceitos, para evitar interpretações distorcidas. (Decisão nº. 343/1997, Plenário, rel. Min. Carlos Átila). (Grifo nosso).

Assim, de acordo com o entendimento do TCU supramencionado, as necessidades de instalação e localização condicionam a escolha do imóvel, bem como é necessária avaliação prévia para apurar a compatibilidade do preço com o valor de mercado.

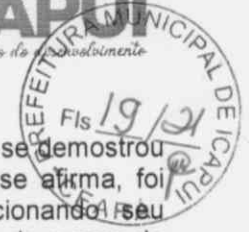
Ressaltam, também, a doutrina e a jurisprudência que a dispensa de licitação deve ser excepcional, pois a regra é que toda a contratação da Administração Pública deva ser precedida de licitação, para preservar o princípio da supremacia do interesse público. Portanto, o critério de limite de preço e objeto só foi adotado pelo legislador para, em caso de imóveis que atendam às finalidades precípuas da Administração pelas características e pela localização, pudesse o poder público dispensar a licitação, já que existem hipóteses em que a licitação formal seria impossível ou frustraria a própria consecução dos interesses públicos. O procedimento licitatório normal conduziria ao sacrifício do interesse público e não asseguraria a contratação mais vantajosa, portanto, em certos casos, o imóvel pretendido possui características primordiais para o atendimento da demanda pelos serviços públicos.

Veja o posicionamento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça sobre a contratação por dispensa de licitação:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ATO ILÍCITO NÃO DEMONSTRADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICEDA SÚMULA07/STJ.

1. O recurso especial não é servil ao exame de questões que demandam revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em face do óbice contido na Súmula 07/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".
2. In casu, as conclusões da Corte de origem no sentido de que os recorridos não praticaram qualquer ilícito no ato de dispensa de licitação para o aluguel de um galpão, "Não comprovou, pois, a existência de

MAR



qualquer ato ilegal, ou lesivo ao Município. E se existisse, não se demonstrou dolo ou culpa na ação do ex-Prefeito, que, aliás, segundo se afirma, foi vítima de conchavos e tramoias políticas excusas, seccionando seu mandato, no exclusivo interesse político-partidário", resultaram do exame de todo o conjunto probatório carreado nos presentes autos. Consectariamente, infirmar referida conclusão implicaria sindicatar matéria fática, interdita ao E. STJ em face do enunciado sumular nº. 07 desta Corte.

3. É que bem concluiu a Corte a quo que:

"Não se divisa qualquer ilegalidade, restando harmônica com os dizeres do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, que reza em seu inciso X: "é dispensável a licitação: X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia". (Redação dada pela Lei nº. 8.666/93).

ORA, havia necessidade de imóvel, consoante se demonstrou.

Não comprovou, pois, a existência de qualquer ato ilegal, ou lesivo ao Município.

E se existisse, não se demonstrou dolo ou culpa na ação do ex-Prefeito, que, aliás, segundo se afirma, foi vítima de conchavos e tramoias políticas excusas, seccionando seu mandato, no exclusivo interesse político-partidário.

4. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.

5. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte improvido. (REsp. 685.046/MG, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 03/05/2007, DJ 31/05/2007, p. 331)

Ora, ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a administração bem entender, sem cautelas nem documentação.

A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratados.

Por isso, num primeiro momento a Administração verifica a existência de uma necessidade a ser atendida. Deve diagnosticar o meio mais adequado para atender o reclamo. Definir um objeto a ser contratado, inclusive adotando providencias acerca da elaboração do projeto, se for o acaso, apuração da competitividade entre a contratação, previsões orçamentárias, etc.

Pelos documentos que compõem o presente processo, todas as providências exigíveis foram tomadas.

Adentrando ainda mais no mérito da seleção, atestamos que, diante das características estruturais do imóvel e peculiaridades quanto à região (acesso, segurança, proximidade às demais secretarias etc), o imóvel ambicionado é o único imóvel na área que atende as necessidades da Unidade Administrativa.



O imóvel tem características tipo (residencial), com vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e o imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso (conforme fotos anexas ao Laudo de Avaliação). O que leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para o funcionamento da Secretaria da Assistência Social.

Considerando que o imóvel é o que mais se adequa ao atendimento das finalidades precípuas da administração, levando-se em conta a localização, o tipo de edificação, e conforme "Laudo de Avaliação", confirmamos que o valor da locação de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), mensais para o imóvel localizado na Rua dos Porfírios, s/n, Centro - Icapuí/CE, com área de 280,00m<sup>2</sup>, para o funcionamento do Conselho Tutelar, por um período de doze meses, totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), está de acordo com o praticado no mercado imobiliário local, ficando constatado que o imóvel pertencente a Sra. Maria Silva de Oliveira, inscrita no CPF nº. 531.960.663-04, residente e domiciliada na Rua dos Porfírios, s/n, Centro - Icapuí/CE, atende perfeitamente ao fim que se acha destinado, ficando justificado sua escolha.

Estudando o caso, concluímos que a locação do imóvel, observando a Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, em especial o disposto no artigo 24, inciso X, hipótese em que se enquadra, bem como estando o preço compatível com o preço praticado no mercado, temos que a contratação pode ser realizada nos termos do art. 24, X da Lei 8.666/93.

Icapuí-CE, 23 de julho de 2021.

Maria Aparecida de Alcântara  
**Secretária de Assistência Social**



**PORTARIA Nº 001/2021**

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Icapuí e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ**, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de 1992, combinado com os termos do artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

**RESOLVE:**

**Art. 1º - NOMEAR** o (a) Sr.(a) **MARIA APARECIDA DE ALCÁTARA**, portadora do RG nº 310268896 SSP/CE e do CPF nº 943.488.393-87, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, da Estrutura Organizacional do município de Icapuí.

**Art. 2º** - A posse da Secretária Municipal de Assistência Social de Icapuí – CE se dará automaticamente no dia 01 de janeiro de 2021, ficando a mesmo, a partir desta data, com as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.


**PARÁGRAFO ÚNICO:** No ato de posse, a declaração de bens será prestada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Icapuí – CE e será arquivada em sua pasta funcional.

**Art. 3º** - Qualquer ação, sem a prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, será Nulo de Pleno Direito e as despesas correrão por conta de quem autorizou.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;PUBLIQUE-SE;CUMPRA-SE.**

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 04 de janeiro de 2021.

  
**Raimundo Lacerda Filho**  
**Prefeito Municipal**

*Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.*

**AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO**



A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí – CE, **Maria** Aparecida de Alcântara, no uso de suas atribuições, que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8666/93 e suas alterações legais, resolve:

1. Autorizar a abertura do presente processo de dispensa de licitação, assim identificado:

**Base legal:** Art. 24, inciso X, e do artigo 26, parágrafo único ambos da Lei n.º 8.666/93.

**Objeto:** Locação de um imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.

**Dotação Orçamentária:** 07.01.08.122.0100.2.046

**Elemento de Despesas:** 3.3.90.36.00

**Fonte de Recursos:** Própria

**Locadora:** Maria Silva de Oliveira, inscrita no CPF nº. 531.960.663-04, residente e domiciliada na Rua dos Porfírios, s/n, Centro – Icapuí/CE.

Icapuí-CE, 23 de julho de 2021.



\_\_\_\_\_  
**Maria Aparecida de Alcântara**  
**Secretária de Assistência Social**



PORTARIA Nº. 250/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 77º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, composta pelos seguintes membros:

Presidente: o Sr. EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, portador de CPF nº. 464.143.803-00;

1º Membro: o Sr. RENATO DE SOUSA REBOUÇAS, portador do CPF nº. 979.623.173-53;

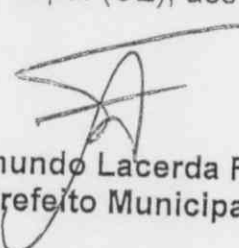
2º Membro: o Sr. ELINALDO ALVES DA SILVA, portador do CPF nº. 787.470.663-34.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.**

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 06 de abril de 2021.

  
Raimundo Lacerda Filho  
Prefeito Municipal

*Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.*



ESCOLA  
NOTA DEZ







## TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA

Tendo sido autorizado pela Secretária de Assistência Social, a Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, resolveu autuar a presente Dispensa de Licitação.

As atribuições da Comissão Permanente de Licitações – CPL, previstas no inciso XVI do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, ao contrário dos procedimentos licitatórios propriamente ditos, tem pouca contribuição nos casos de contratação direta, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Deste modo, a Comissão Permanente de Licitação, se manifesta somente quanto a autuação do processo administrativo, já que o processamento das contratações diretas, são elaboradas de acordo com as determinações, informações e documentação fornecidas pelas Unidades Administrativas, quem detém o conhecimento fático e técnico das suas necessidades.

Pelo presente termo, fica autuado a Dispensa de Licitação sob o nº 2021.07.26.01, destinado a Locação de um imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.

O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no artigo 38, da Lei federal nº 8.666/93.

Icapuí-CE, 26 de julho de 2021.

Edinaldo de Oliveira Pereira  
Presidente

Renato de Sousa Reboças  
Membro

Elinaldo Alves da Silva  
Membro

DESPACHO




**Da: Secretária de Assistência Social**  
**Para: Assessoria Jurídica**

Tendo em vista procedimento de dispensa de licitação para a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, que está em andamento, envio documentos para devida análise jurídicos, a fim de que se garanta que o referido processo de dispensa esteja dentro da legalidade e de acordo com os princípios que norteiam o processo de dispensa de licitação, especialmente o art. 24, inciso X.

Atenciosamente,

Icapuí-CE, 26 de julho de 2021.



---

Maria Aparecida de Alcântara  
**Secretária de Assistência Social**

PORTARIA Nº 028/2021

Nomeia o (a) Sr.(a) **Fábio Henrique da Silva Bezerra** para responder pelo cargo que indica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de Janeiro de 1992,

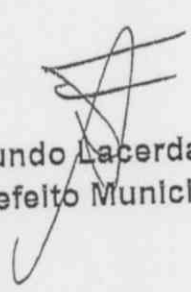
**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr. (a) **FÁBIO HENRIQUE DA SILVA BEZERRA**, portador do RG de nº 2003010104912 SSP/CE e do CPF de nº 014.911.933-01, para ocupar o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, na Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Governo de Icapuí.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.**

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 04 de Janeiro de 2021.

  
Raimundo Lacerda Filho  
Prefeito Municipal

*Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.*



PARECER JURÍDICO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 2021.07.26.01  
INTERESSADA: Secretaria Municipal de Assistência Social

**Ementa:** Dispensa de licitação para locação de imóvel, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar. Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93. Possibilidade. REQUISITOS ATENDIDOS. Continuidade do Serviço Público de Assistência Social. INTERESSE PÚBLICO DEMONSTRADO.

## 1. DA CONSULTA

Solicita-nos a Secretária de Assistência Social, análise quanto a possibilidade de contratação direta, para locação do imóvel localizado na Rua Floriano Monteiro, Nº 1538, Centro, Icapuí/CE, de propriedade da Sra. Maria Silva de Oliveira, onde o mesmo servirá de aluguel para o funcionamento do Conselho Tutelar.

Tem-se nos autos o Parecer Técnico (Laudo de Avaliação) constatando a salubridade do imóvel, tornando-o apto para o funcionamento, o preço, indicando que está de acordo com o praticado usualmente no mercado, além de outros documentos que atestam o interesse público.

Após medidas internas por força do VI, art. 38, Lei nº 8.666/93, encaminhou-se os autos para esta assessoria manifestar-se.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), a Administração Pública, em regra, deve escolher seus contratados mediante prévio certame licitatório (princípio da obrigatoriedade), contudo o legislador ressaltou hipóteses em que a seleção de contratados pode prescindir da licitação, as exceções são classicamente denominadas de “dispensa” e “inexigibilidade”, e as hipóteses legais estão fixadas nos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

Em outras palavras, quando a Lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que por vezes a realização do certame não levará à melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público para a finalidade específica.

Dentre as hipóteses legais de dispensa de licitação encontra-se a locação de imóvel para atender as necessidades da Administração Pública (inteligência do inciso X, art. 24, Lei nº 8.666/93), vejamos:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; Grifou-se.

Vê-se que objetivamente existe previsão legal à locação de imóveis por dispensa de licitação, no mesmo sentido é a manifestação do respeitado doutrinador Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 310), vejamos:

Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares. (...) A aquisição ou locação de imóvel destinado a utilização específica ou em localização determinada acarreta inviabilidade de competição. Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação... (grifamos).

Portanto assiste ao gestor público discricionariedade quanto a escolha de imóvel a ser locado para nele desempenhar as atividades administrativas dos órgãos integrantes de sua estrutura administrativa, contudo tal margem de ação, não significa arbitrariedade, pois, estão fixados requisitos, os quais devem ser observados e comprovados nos autos em cada caso concreto.

Para o caso em questão, verifica-se a necessidade de locação de imóvel, para o funcionamento do Conselho Tutelar, passemos a análise dos requisitos para a legalidade da locação.

## 2.2 DOS REQUISITOS PARA A LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PELO PODER PÚBLICO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Segundo novamente Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., São Paulo: Dialética, 2009, pg. 311), os requisitos para a locação de imóveis por dispensa de licitação são os seguintes:

A contratação depende, portanto, da evidenciação de três requisitos, a saber: a) necessidade de imóvel para satisfação das necessidades administrativas; b) adequação de um determinado imóvel para satisfação das necessidades estatais; c) compatibilidade do preço (do aluguel) com os parâmetros de mercado. Grifou-se.

Noutro giro, vislumbramos no processo JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, RAZÃO DA ESCOLHA E DO PREÇO, atestando-se a necessidade de imóvel para satisfação de necessidade administrativa de órgão integrante da estrutura administrativa do Município de Icapuí, restando assim satisfeito o primeiro requisito.



Bem como verifica-se a existência de laudo emitido pela Engenheira Civil do Município, profissional competente, atestando a sanidade física do imóvel e a salubridade do mesmo para o funcionamento, de forma a atender as necessidades para o fim a ser contratado, estando presente o segundo requisito.

Quanto ao último requisito (compatibilidade do preço com os parâmetros de mercado), a Administração Pública Municipal procedeu com a avaliação prévia do imóvel e do valor do aluguel, de modo que ficou registrada a compatibilidade do preço com o mercado local.

Além do mais, para a locação direta, é necessário constar no processo a comprovação de não haver outro imóvel similar e disponível. Deve-se também comprovar a impossibilidade de satisfazer o interesse público de qualquer outra maneira. Assim, caberia à Administração, além de diligenciar a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos para contratação direta com dados concretos, selecionar a melhor proposta possível, repudiando escolhas meramente subjetivas.

Assim os citados requisitos à dispensa de licitação restam satisfeitos no presente caso concreto de locação de imóvel para o funcionamento do Conselho Tutelar.

O interesse público está demonstrado, bem como há necessidade de continuidade do serviço público, no caso, o da assistência social.

### 3. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, diante do interesse público devidamente justificado, e baseando-se nos princípios da necessidade, Finalidade e na Continuidade do Serviço Público, bem como nos documentos anexos a este processo de dispensa, esta assessoria manifesta-se pela POSSIBILIDADE de contratação direta no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na presente análise, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no inciso X, art. 24, Lei nº 8.666-93.

Alerta-se para a necessidade ao ordenador de despesas responsável no prazo legal (caput, art.26) e posterior ratificação e publicação como de estilo.

É o parecer.

S. M. J.

Icapuí-CE, 26 de julho de 2021.

Fábio Henrique da Silva Bezerra  
OAB-CE 32.254  
Assessoria Jurídica



**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí, a Sra. Maria Aparecida de Alcântara, VEM no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo de dispensa de licitação, RATIFICAR a declaração de DISPENSA de licitação para a locação do imóvel, onde funcionará a Secretaria de Assistência Social, de propriedade da Sra. Maria Silva de Oliveira, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar, determinando que se proceda a publicação legal do extrato de DISPENSA devido.

Icapuí-CE, 26 de julho de 2021

\_\_\_\_\_  
Maria Aparecida de Alcântara  
Secretária de Assistência Social



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Sra. Maria Aparecida de Alcântara, Secretária de Assistência Social, faz publicar o extrato do processo de dispensa de licitação a seguir: **PROCESSO Nº.** 2021.07.26.01. **OBJETO:** Locação de um imóvel onde funcionará o Conselho Tutelar. **FAVORECIDA:** Maria Silva de Oliveira. **VALOR:** R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso X do Art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e suas demais alterações. **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Ratificado pela Sra. Maria Aparecida de Alcântara.

Icapuí-CE, 26 de julho de 2021.

**\_\_\_\_\_  
Maria Aparecida de Alcântara  
Secretária de Assistência Social**





**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL**  
**PROCESSO DE DISPENSA Nº 2021.07.26.01**  
**CONTRATO Nº 358/2021**

**CONTRATO DE LOCAÇÃO** que fazem de um lado a Sra. Maria Silva de Oliveira, inscrito no CPF 531.960.663-04, com endereço na Rua Floriano Monteiro, Nº 1538, Centro, Icapuí/CE – Icapuí/CE, brasileiro, e do outro o Município de Icapuí, instituição de direito público interno, com endereço na Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Icapuí - Ceará, inscrito no CNPJ sob o Nº. 10.393.593/0001-57, através da Secretaria de Ação Social, neste ato representado pela Secretária, Sra. Maria Aparecida de Alcântara.

A primeira nomeada aqui designada “**LOCADORA**”, sendo proprietário do imóvel na Rua dos Porfírios, S/N, Centro, Icapuí/CE, loca-se ao segundo, aqui designado “**LOCATÁRIO**”, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal n.º 8.245/91.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel localizado na Rua Porfírios, s/n, Centro, Icapuí/CE, onde funcionará a Conselho Tutelar.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 - O aluguel terá um valor mensal de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), mensais, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

3.2 - O presente instrumento não sofrerá reajuste dentro do prazo estipulado para sua vigência

3.3 - Somente será devido o reajuste após 12 (doze) meses do início do presente contrato, sendo adotado para fins de correção o IGPM, ou outro que legalmente venha a substituí-lo.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**

4.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de sua assinatura, e terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**



#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de repasse mensal ao contratado, até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação dos recibos à tesouraria.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da Secretaria de Ação Social, na dotação orçamentária sob o N°. 07.01.08.122.0100.2.046.3.3.90.36.00.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se o LOCADOR e o LOCATÁRIO a cumprirem fielmente o determinado no Contrato, obrigando-se ainda:

##### 7.1.1 - O LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporados ao imóvel;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, a fim de certificar-se de sua correta utilização.

##### 7.1.2 - LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar ao LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

7.2 - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel,

ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ



PREFEITURA DE  
**ICAPUÍ**  
No caminho do desenvolvimento

excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

**CLÁUSULA NONA - RESCISÃO**

9.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMTO CONTRATUAL**

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura Municipal de Icapuí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

8.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Icapuí - CEARÁ.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, após lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produzidos seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí, 27 de julho de 2021.

*Maria Silva de Oliveira*

**Maria Silva de Oliveira**  
LOCADOR

*[Handwritten Signature]*

**Maria Aparecida de Alcântara**  
Secretária de Ação Social  
LOCATÁRIO

Testemunhas:

1ª *[Handwritten Signature]*  
CPF: 896.606.843-04

2ª *[Handwritten Signature]*  
CPF: 009.834.144-83



**EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 358/2021  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.07.26.01**



**LOCATÁRIA:** O Município de Icapuí, através da Secretaria de Ação Social, representada por sua Secretária a Sra. Maria Aparecida de Alcântara.

**LOCADOR:** Maria Silva de Oliveira.

**BASE LEGAL:** A legislação aplicável a este Contrato será o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações, tudo de conformidade com o Processo Dispensa de Licitação nº. 2021.07.26.01, que passa fazer parte integrante deste.

**OBJETO:** Locação de um imóvel na Rua Floriano Monteiro, Nº 1538, Centro, Icapuí/CE, Icapuí/CE, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), mensais, perfazendo um total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

**PRAZO:** O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de sua assinatura, e terá validade de 12 (doze) meses.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 07.01.08.122.0100.2.046.3.3.90.36.00.

**DATA:** 27 de julho de 2021.

ESTADO DO CEARÁ  
MUNICÍPIO DE ICAPUÍ




PREFEITURA DE  
**ICAPUÍ**  
*No caminho do desenvolvimento*

CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO



Certificamos que o extrato de contrato da Dispensa de Licitação n.º 2021.07.26.01 para a Locação de um imóvel na Rua Floriano Monteiro, N.º 1538, Centro, Icapuí/CE, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar, foi afixado no dia 27 de julho de 2021, no flanelógrafo desta Prefeitura Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

Icapuí – CE, 27 de julho de 2021.

  
Maria Aparecida de Alcântara  
**Secretária de Ação Social**



# LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ

## CAPÍTULO II Dos Atos Municipais Da Publicação

**Art. 107** - A publicação das leis e atos do Executivo e Legislativo, salvo onde houver imprensa oficial, poderá ser feita em órgão de imprensa local ou regional e por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara.

§ 1º - A publicação dos atos não-normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser feita por licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de freqüência, horário, tiragem e distribuição.